



33.3.0028583-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2023/008069-3

04/01/2023 13:02:24

JUCERJA

Último arquivamento:

00005158769 - 03/11/2022

NIRE: 33.3.0028583-1

XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CAMBIO TITULOS E VALORES MOBILIARIOS
S/A

Boleto(s): 104255377

Hash: C65D023C-3FE3-42DD-BAA7-831BC909F8D7

Orgão	Calculado	Pago
Junta	720,00	720,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMIENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

**XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CAMBIO TITULOS E VALORES
MOBILIARIOS S/A**

**Código
do Ato**

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

007

[illegible]**Requerente**

Nome:	marcelo duarte
Assinatura:	<p>ASSINADO DIGITALMENTE</p> <p>O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo</p>
Telefone de contato:	2125164221
E-mail:	marcelo@sergalsp.com.br
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	04/01/2023
Data da 1ª entrada:	



00-2023/008069-3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CAMBIO TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S/A

NIRE: 333.0028583-1 Protocolo: 00-2023/008069-3 Data do protocolo: 04/01/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 05/01/2023 SOB O NÚMERO 00005240755 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 73AC758D3EACC0596DEF7AADAE685D10F3687EEB22111E26B3AE04B05C65473

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 02/29

**XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CâMBIO TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.**

CNPJ/ME 02.332.886/0001-04

NIRE 33.300.285.831

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2022**

Data, Horário e Local: 30 de agosto de 2022, às 12:00 horas, na sede da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia"), situada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Ataulfo de Paiva, nº 153, sala 201 (parte), Leblon, CEP 22440-032.

Convocação e Presença: Convocação dispensada, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76, face à presença da única acionista da Companhia, conforme assinatura constante da presente ata.

Ordem do Dia: Deliberar sobre **(i)** a atualização do Capítulo XII da Ouvidoria do Estatuto Social da Companhia; e **(ii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Mesa: Presidente: Bernardo Amaral Botelho

Secretária: Thatiane Lages Soares

Deliberações: A única acionista da Companhia decidiu, por unanimidade de votos, as seguintes deliberações:

1. Aprovar a atualização do Capítulo XII referente à Ouvidoria nos termos da Resolução CMN nº 4.860/2020.

1.1. Em decorrência da deliberação acima, o Capítulo XII do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação:

**Capítulo XII
Ouvidoria**

Artigo Vinte e Sete

27.1. A Companhia terá uma Ouvidoria que atuará como componente organizacional único das empresas pertencentes ao conglomerado da qual faz parte, excetuadas as sociedades que, em virtude de sua natureza ou atividade, vierem a constituir ouvidoria própria ("Conglomerado XP").

27.2 A ouvidoria do Conglomerado XP, na forma do disposto na Resolução CMN n.º 4.860/2020, possui as seguintes atribuições:

- (a)** *atender, receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços oferecidos pelas instituições do Conglomerado XP, que não forem solucionadas nos canais de atendimento primário das instituições do Conglomerado XP;*
- (b)** *atuar como canal de comunicação entre as instituições do Conglomerado XP e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos;*
- (c)** *prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos demandantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas;*
- (d)** *informar aos demandantes o prazo previsto para resposta final, o qual não pode ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação;*
- (e)** *encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o final do prazo estipulado na alínea "d" anterior;*
- (f)** *manter o conselho de administração, ou, na sua ausência, a diretoria das instituições do Conglomerado XP, informado sobre os problemas e deficiências detectadas no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores para solucioná-los;*
- (g)** *propor ao conselho de administração ou, na sua ausência, à Diretoria das instituições do Conglomerado XP, medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas; e*
- (h)** *elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao Comitê de Auditoria e à Diretoria das instituições do Conglomerado XP, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.*

27.3. *A Companhia manterá condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção.*

27.4. *A Companhia assegurará o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas pela ouvidoria com total apoio administrativo, que poderá requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades, no cumprimento de suas atribuições.*

27.5. A Companhia manterá convênio com a Bolsa de Valores de São Paulo e com a Bolsa de Mercadorias & Futuros para a utilização de serviço de atendimento e assessoramento pela ouvidoria.

27.6. A diretoria da Companhia elegerá, dentre seus membros, um diretor como responsável pela ouvidoria e caberá aos acionistas indicar um funcionário da Companhia para ocupar o cargo de ouvidor, que terá um prazo de mandato de 36 (trinta e seis) meses, sendo permitida sua reeleição.

27.6.1. São atributos necessários ao exercício do cargo de Ouvidor: (i) possuir elevado padrão ético e moral, capaz de lhe garantir conduta imparcial e senso de justiça; (ii) trabalhar com senso de igualdade, transparência, integridade e respeito; (iii) exercer sua atividade com coerência, independência e autonomia e ter compromisso na busca de soluções efetivas; e (iv) atuar de modo diligente e fiel no exercício de seus deveres e responsabilidades.

27.7. Caso, no exercício da função de Ouvidor, seja constatada qualquer irregularidade, improbidade ou situação de conflito que implique em risco de imagem à Companhia ou prejuízo aos clientes e usuários ou à Companhia, o Ouvidor será destituído de suas funções e imediatamente substituído, conforme deliberação da Assembleia Geral.

27.7.1. Competirá exclusivamente à Assembleia Geral à destituição e eleição, a qualquer tempo, do ouvidor indicado.

27.7.2. O Ouvidor será permanentemente avaliado no exercício de suas funções e poderá ser destituído pela Assembleia Geral caso seu desempenho seja considerado aquém do esperado pela Companhia.

27.8. O Diretor designado responsável pela Ouvidoria perante o Banco Central do Brasil elaborará relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas pela Ouvidoria, nas datas-bases de 30 de junho e 31 de dezembro, e deverá encaminhá-lo à auditoria interna, ao Comitê de Auditoria, quando existente, e à Diretoria.

2. Em virtude das deliberações acima, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar de acordo com a redação constante no Anexo I da presente ata.

3. As deliberações havidas nesta Assembleia serão submetidas à aprovação prévia do Banco Central do Brasil, nos termos da legislação aplicável.

Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a ata a que se refere esta assembleia, em forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76, que foi aprovada por unanimidade.

Assinaturas: Presidente –Bernardo Amaral Botelho; Secretária – Thatiane Lages Soares. Acionista: XP Controle 3 Participações S.A. representada por Bernardo Amaral Botelho e Fabrício Cunha de Almeida.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2022.

BERNARDO AMARAL BOTELHO:043015781	Assinado de forma digital por BERNARDO AMARAL BOTELHO:043015781 Dados: 2022.09.13 21:05:38 -03'00'	THATIANE LAGES SOARES:38658842886	Assinado de forma digital por THATIANE LAGES SOARES:38658842886 Dados: 2022.09.14 14:47:32 -03'00'
Bernardo Amaral Botelho Presidente		Thatiane Lages Soares Secretária	
FABRICIO CUNHA DE ALMEIDA:05638864717	Assinado de forma digital por FABRICIO CUNHA DE ALMEIDA:05638864717 Dados: 2022.09.13 22:00:18 -03'00'	BERNARDO AMARAL BOTELHO:043015781	Assinado de forma digital por BERNARDO AMARAL BOTELHO:043015781 Dados: 2022.09.13 21:05:56 -03'00'

XP Controle 3 Participações S.A.
Fabrício Cunha de Almeida / Bernardo Amaral Botelho

ANEXO I

À Ata de Assembleia Geral Extraordinária da XP Investimentos Corretora De Câmbio, Títulos E Valores Mobiliários S.A., realizada em 30 de agosto de 2022

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

Capítulo I **Denominação, Sede e Duração**

Artigo Primeiro

1.1. A Companhia tem a denominação de **XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** e se rege pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

Artigo Segundo

2.1. A Companhia tem sede e foro na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, podendo operar em todo o território nacional, sendo facultada, na medida dos interesses da Companhia, a critério da Diretoria e satisfeitas as exigências legais, a abertura e a extinção de filiais, agências, escritórios, dependências, representações e postos de atendimento em qualquer ponto do país.

Artigo Terceiro

3.1. A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

Capítulo II **Objeto Social**

Artigo Quarto

4.1. A Companhia tem por objeto social:

- a) Operar em recinto ou em sistema mantido por bolsa de valores;
- b) Subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras Companhias autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda;
- c) Intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado;
- d) Comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Banco Central do Brasil nas suas respectivas áreas de competência;
- e) Encarregar-se da custódia de títulos e valores mobiliários;

- f) Incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de cautelas, de recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários;
- g) Encarregar-se da administração de carteiras de valores mobiliários, conforme devidamente habilitada e autorizada pela legislação em vigor;
- h) Exercer funções de agente fiduciário;
- i) Instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento;
- j) Constituir Companhia de investimento – capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários;
- k) Exercer as funções de agente emissor de certificados e manter serviços de ações escriturais;
- l) Emitir certificados de depósito de ações;
- m) Intermediar operações de câmbio;
- n) Praticar operações no mercado de câmbio, conforme regulamentação em vigor;
- o) Praticar operações de conta margem, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários;
- p) Realizar operações compromissadas;
- q) Praticar operações de compra e venda de metais preciosos, no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos termos da regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil;
- r) Operar em bolsas de mercadorias e de futuros por conta própria e de terceiros, observada regulamentação baixada pela CVM e pelo Banco Central do Brasil nas suas respectivas áreas de competência;
- s) Prestar serviços de intermediação e de assessoria ou de assistência técnica, em operações e atividades nos mercados financeiro e de capitais;
- t) Prestar serviços de consultoria de valores mobiliários;
- u) Exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM;
- v) Participar em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, observada a regulamentação aplicável e sempre que aprovado pelo Banco Central do Brasil.

4.2. É vedado à Companhia:

- a) Realizar operações que caracterizem, sob qualquer forma, a concessão de financiamentos, empréstimos ou adiantamentos a seus clientes, inclusive através de cessão de direitos, ressalvadas as hipóteses de operação de conta margem e as demais previstas na regulamentação em vigor;
- b) Cobrar de seus comitentes corretagens ou qualquer outra comissão referente a negociações com determinado valor mobiliário durante seu período de distribuição primária;
- c) Adquirir bens não destinados ao uso próprio, salvo os recebidos em liquidação de dívidas de difícil ou duvidosa solução, caso em que deverá

vendê-los dentro do prazo de 1 (um) ano, a contar do recebimento, prorrogável até 2 (duas) vezes, a critério do Banco Central;

d) Obter empréstimos ou financiamentos junto a instituições financeiras, exceto aqueles vinculados a aquisições de bens para uso próprio e à execução de atividades previstas no respectivo objeto social, observado o limite de 2 (duas) vezes o respectivo Patrimônio de Referência (PR) para o conjunto dessas operações;

e) Realizar operações envolvendo comitente final que não tenha identificação cadastral na Bolsa de Valores;

f) Celebrar contratos de mútuo, tendo por objeto o empréstimo de recursos financeiros com pessoas físicas e jurídicas não financeiras, exceto aqueles referentes a operações de conta margem e de empréstimos de ações, celebrados nos termos da regulamentação em vigor.

Capítulo III

Capital Social

Artigo Quinto

5.1. O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$6.408.045.280,53 (seis bilhões, quatrocentos e oito milhões, quarenta e cinco mil, duzentos e oitenta reais e cinquenta e três centavos) dividido em 15.190.421.428 (quinze bilhões, cento e noventa milhões, quatrocentas e vinte uma mil, quatrocentas e vinte oito) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

5.2. Cada ação ordinária da Companhia corresponde a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

5.3. Os acionistas têm direito de preferência na subscrição de novas ações emitidas em quaisquer aumentos de capital da Companhia, na proporção de suas participações no capital da Companhia, observados os Acordos de Acionistas arquivados na sede social quanto à cessão de tais direitos.

Capítulo IV

Assembleia Geral

Artigo Sexto

6.1. A Assembleia Geral se reúne, ordinariamente, uma vez ao ano, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses que se seguirem ao encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim o demandarem.

Artigo Sétimo

7.1. A Assembleia Geral é convocada com uma antecedência mínima de 8 (oito) dias em primeira convocação e de 5 (cinco) dias em segunda convocação pela Diretoria ou, nas hipóteses previstas em lei, pelo Conselho Fiscal ou por acionista, competindo-lhe discutir e deliberar sobre matéria constante do edital de convocação.

7.2. As Assembleias Gerais são instaladas por qualquer membro da Diretoria da Companhia. O presidente da Assembleia será o Diretor Presidente ou qualquer membro da Diretoria que seja designado para tanto, cabendo-lhe a escolha do secretário.

7.3. Salvo se de outra forma previsto em lei, no presente Estatuto Social ou em Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede social, as deliberações da Assembleia Geral são tomadas pelo voto afirmativo de acionistas que representem a maioria de ações com direito a voto presentes à Assembleia Geral.

Artigo Oitavo

8.1. Compete à Assembleia Geral, além de outras atribuições previstas em lei e observado o disposto em Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede social, as deliberações sobre as seguintes matérias:

- a) Eleição e destituição dos membros da Diretoria, fixando-lhes remuneração;
- b) Instalação do Conselho Fiscal, eleição e destituição de seus membros e respectivos suplentes, fixando-lhes remuneração;
- c) Aprovação das contas dos administradores e as demonstrações financeiras;
- d) Fixação da política de dividendos da Companhia e quaisquer alterações à mesma, bem como a destinação do lucro do exercício;
- e) Aumento ou redução do capital social da Companhia;
- f) Qualquer alteração do Estatuto Social da Companhia; e
- g) Fusão, cisão, incorporação com outras sociedades ou a incorporação de outras sociedades pela Companhia ou suas controladas ou qualquer outra forma de reestruturação societária.

Capítulo V

Administração

Artigo Nono

9.1. A Companhia será administrada por uma Diretoria, estando seus membros dispensados de prestar caução para exercício das suas funções.

Artigo Dez

10.1. A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, atuando cada um de seus membros, segundo a respectiva competência.

10.2. A investidura no cargo faz-se por termo lavrado no Livro de Atas da Diretoria, após a aprovação da indicação pelo Banco Central do Brasil.

10.3. O prazo do mandato dos membros da Diretoria é de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

10.4. Findos os mandatos dos administradores, estes deverão continuar no exercício dos seus cargos até a posse dos seus sucessores.

Artigo Onze

11.1. A remuneração anual global dos administradores é fixada e distribuída pela Assembleia Geral, podendo ser alterada por deliberação de qualquer Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária.

Artigo Doze

12.1. A Diretoria será composta de 3 (três) a 10 (dez) membros, sendo todos sem designação especial, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelos acionistas em Assembleia Geral.

12.2. Somente podem ser eleitos para ocupar cargos na Diretoria pessoas que tenham notória capacidade e experiência compatível com os cargos e funções para os quais tenham sido indicados.

12.3. Em caso de vacância definitiva de qualquer cargo de diretor, compete aos acionistas elegerem o substituto, que completará o prazo de gestão do substituído.

Artigo Treze

13.1. A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, observadas as disposições legais ou estatutárias

pertinentes e as deliberações tomadas pela Assembleia Geral. Compete à Diretoria administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

- a) Propor a criação de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no País;
- b) Decidir sobre a aquisição, a alienação e/ou a oneração de bens do ativo permanente e compromissos financeiros associados a projetos nos quais a Companhia pretenda investir;
- c) Determinar as providências que assegurem a rigorosa execução de suas resoluções; e
- d) Zelar para que todos os atos societários da Companhia sejam registrados tempestivamente nos livros exigidos por lei.

13.2. A Diretoria poderá, ainda, constituir comitês consultivos, para o estudo e avaliação de determinados temas pertinentes ao seu desenvolvimento e/ou estrutura organizacional da Companhia e suas controladas, cabendo, ainda, à Diretoria estabelecer os respectivos regimentos e competências, inclusive, mas não se limitando, estabelecer e aprovar o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, do Comitê de Remuneração e do Comitê de Riscos da Companhia.

Artigo Quatorze

14.1. A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por iniciativa de qualquer dos diretores.

14.2. O quórum de instalação das reuniões da Diretoria será de 2 (dois) membros.

14.3. As decisões da Diretoria serão tomadas por maioria.

14.4. As decisões da Diretoria deverão estar contidas em atas que serão lavradas, por secretário eleito, de forma circunstanciada em livro especial.

Artigo Quinze

15.1. Observadas as disposições contidas neste Estatuto, serão necessárias para vincular a Companhia:

- (i) A assinatura de 2 (dois) diretores agindo em conjunto; ou
- (ii) A assinatura de 1 (um) diretor agindo em conjunto com 1 (um) procurador, com poderes específicos, devidamente constituído na forma abaixo; ou

(iii) A assinatura de 2 (dois) procuradores, com poderes específicos, agindo em conjunto, devidamente constituídos na forma abaixo; ou

(iv) A assinatura de 1 (um) procurador agindo isoladamente, devidamente constituído na forma abaixo.

15.2. Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia, que serão assinados por 02 (dois) Diretores em conjunto e deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daqueles para fins judiciais, terão prazo máximo de validade de 1 (um) ano. Reputam-se válidos pelo prazo de 1 (um) ano os instrumentos de mandato ad negotia que porventura deixem de indicar expressamente o prazo de validade do mandato.

15.3. Qualquer membro da Diretoria, agindo isoladamente, terá poderes para executar os seguintes atos: (i) endosso de cheques, para depósito nas contas da Companhia; e (ii) assinatura de correspondência de rotina que não crie qualquer responsabilidade para a Companhia.

15.4. É vedado a qualquer diretor, isoladamente ou em conjunto, a prestação de avais, fianças ou outras garantias em negócios estranhos aos objetivos sociais, em favor próprio ou de terceiros, sendo nulos tais atos com relação à Companhia.

15.5. A Companhia poderá ser representada, ativa ou passivamente, em Juízo ou fora dele, por 02 (dois) Diretores em conjunto, ou, ainda, por um procurador.

Capítulo VI

Conselho Fiscal

Artigo Dezesseis

16.1. O Conselho Fiscal, com as atribuições estabelecidas em lei, é composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral.

16.2. O Conselho Fiscal não funciona em caráter permanente e somente será instalado pela Assembleia Geral, nos termos da Lei nº 6.404/76.

Artigo Dezesete

17.1. O mandato dos membros do Conselho Fiscal termina na primeira Assembleia Geral Ordinária subsequente à respectiva eleição, permitida a reeleição.

17.2. Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, deverão eleger o seu Presidente, a quem caberá dar cumprimento às deliberações do órgão.

17.3. O Conselho Fiscal pode solicitar à Companhia a designação de pessoal qualificado para secretariá-lo e prestar-lhe apoio técnico.

Artigo Dezoito

18.1. O Conselho Fiscal, quando instalado, se reunirá, ordinariamente, 1 (uma) vez a cada trimestre e, extraordinariamente, quando necessário.

18.2. As reuniões são convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal ou por 2 (dois) membros do Conselho Fiscal.

Artigo Dezenove

19.1. O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros.

Artigo Vinte

20.1. Os membros do Conselho Fiscal são substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelos respectivos suplentes.

20.2. A função de membro do conselho fiscal é indelegável.

20.3. Além dos casos de morte, renúncia, destituição e outros previstos em lei, dá-se a vacância do cargo quando o membro do Conselho Fiscal deixar de comparecer, sem justa causa, a 02 (duas) reuniões consecutivas ou 03 (três) intercaladas, no exercício anual.

20.4. No caso de vacância de cargo de membro do Conselho Fiscal e não assumindo o suplente, a Assembleia Geral se reunirá imediatamente para eleger substituto.

Capítulo VII
Comitê de Auditoria

Artigo Vinte e Um

21.1. O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros, todas pessoas físicas e residentes no país com mandato de prazo indeterminado, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Diretoria, sendo que poderão ser eleitos membros da própria Diretoria ou profissionais de reconhecida competência e notável saber, observado ainda que um dos membros desse Comitê de Auditoria, no mínimo, será designado “Especialista Financeiro” e deverá possuir comprovado conhecimento nas áreas de contabilidade e auditoria.

21.2. Caso um membro do Comitê de Auditoria deixe de ocupar o seu cargo, os membros da Diretoria da Companhia deverão indicar e aprovar um substituto para preencher o referido cargo.

21.2.1. Caso, no exercício da função de membro do Comitê de Auditoria, seja constatada qualquer irregularidade, improbidade ou situação de conflito que implique em risco de imagem à Companhia ou prejuízo aos clientes e usuários ou à Companhia, o respectivo membro do Comitê de Auditoria será destituído de suas funções e imediatamente substituído.

21.3. O Comitê de Auditoria rege-se por este Estatuto Social, pelo seu Regimento Interno, pelas decisões da Diretoria e pela legislação vigente aplicável.

21.3.1. As regras contidas neste Estatuto Social refletem o contido no Regimento Interno e não podem estar em conflito com as disposições nele contidas e/ou com a legislação vigente, de modo que, em caso de conflito entre este Estatuto Social e o Regimento Interno, este primeiro prevalecerá.

21.4. Não será devida qualquer remuneração aos membros do Comitê de Auditoria, além daquela a que fazem jus em virtude da ocupação de seus respectivos cargos na Diretoria da Companhia.

21.5. Os membros do Comitê de Auditoria serão investidos em seus cargos, independentemente de caução, após a homologação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil, na forma da regulamentação em vigor, mediante termo de posse lavrado e assinado no livro próprio, devendo permanecer no exercício de seus cargos até a posse dos eleitos para sua substituição.

21.6. Para o exercício do cargo no Comitê de Auditoria, deverão ser observadas as condições básicas para exercício do respectivo cargo, bem como os impedimentos previstos nas legislações aplicáveis, sendo a função do membro do Comitê de Auditoria indelegável.

21.7. O Comitê de Auditoria tem por finalidade assessorar a Diretoria no que concerne ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização e manifestar-se, dentre outros aspectos, sobre:

- a) A qualidade das demonstrações contábeis;
- b) A efetividade do sistema de controles internos; e
- c) A efetividade das auditorias interna e independente.

21.8. O Comitê de Auditoria funciona de forma permanente e se reportará diretamente à Diretoria.

21.9. Compete ao coordenador do Comitê de Auditoria:

- a) Presidir as reuniões;
- b) Cumprir e fazer cumprir as normas deste Estatuto Social e do Regimento Interno;
- c) Avaliar e definir os assuntos a serem discutidos nas reuniões;
- d) Encaminhar à Diretoria da Companhia as análises, pareceres e relatórios elaborados no âmbito do Comitê de Auditoria;
- e) Convidar, em nome do Comitê de Auditoria, os membros do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado;
- f) Convocar, em nome do Comitê de Auditoria, os membros por parte da Diretoria e quaisquer outros funcionários da Companhia para prestar esclarecimentos;
- g) Propor normas complementares necessárias à atuação do Comitê de Auditoria; e
- h) Praticar outros atos de natureza técnica ou administrativa necessários ao exercício de suas funções.

21.10. Compete ao Comitê de Auditoria, sem prejuízo das demais competências previstas neste Estatuto Social, no seu Regimento Interno e na legislação aplicável:

- a) Estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pela Diretoria, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos respectivos acionistas;
- b) Recomendar à Diretoria a entidade a ser contratada para prestação de serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador de serviços, caso considere necessária;
- c) Revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
- d) Avaliar a efetividade dos sistemas de controles internos, com ênfase no cumprimento do disposto na Resolução nº 2.554, de 24.09.1998, do CMN;
- e) Avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à independência, à verificação do cumprimento dos dispositivos

legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e diretrizes/códigos internos;

f) Avaliar o cumprimento, pela administração da Companhia, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos;

g) Estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos, além de regulamentos e códigos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador, como anonimato e garantia da confidencialidade da informação;

h) Recomendar à Diretoria da Companhia correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados nos âmbitos das suas atribuições; e

i) Cumprir outras atribuições determinadas pela Diretoria e pelo Banco Central do Brasil.

21.11. O Comitê de Auditoria desenvolverá suas atividades por meio de reuniões, convocadas pelo coordenador, para cumprimento de suas atribuições.

21.12. A convocação para as reuniões do Comitê de Auditoria será efetuada por meio de notificação pessoal, via correspondência ou e-mail, endereçado a cada um de seus membros, devendo conter:

a) A data, hora e local da reunião;

b) As matérias objeto de estudo/avaliação pelos membros do Comitê de Auditoria; e

c) Cópias dos documentos e/ou propostas relacionados aos assuntos a serem debatidos, se for o caso.

21.12.1. Será dispensada a convocação de que trata o item 21.13. acima se estiverem presentes às reuniões todos os membros do Comitê de Auditoria.

21.13. O Comitê de Auditoria reunir-se-á:

a) Trimestralmente, com a Diretoria, com a Auditoria Interna e com a Auditoria Independente para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros;

b) Com o Conselho Fiscal, quando instalado, por solicitação desse órgão estatutário, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; e

c) Extraordinariamente, por convocação do coordenador, sempre que julgado necessário por qualquer um de seus membros.

21.14. O quórum mínimo para instalação de reuniões será de 3 (três) membros, podendo a reunião ser realizada com o uso de recurso de videoconferência.

21.15. As decisões serão tomadas por maioria dos votos dos membros do Comitê de Auditoria presentes na reunião.

21.16. O Comitê de Auditoria, a pedido de qualquer de seus membros, solicitará aos órgãos de administração esclarecimentos ou informações adicionais, necessárias ao desempenho de suas funções.

Capítulo VIII

Comitê de Remuneração

Artigo Vinte e Dois

22.1. O Comitê de Remuneração será único para a Companhia e suas controladas, controladoras e coligadas, nos termos da legislação vigente, sendo composto por 3 (três) membros, pessoas físicas e residentes no país, eleitos e destituídos pela Diretoria, sendo um deles não administrador, com mandato de 10 (dez) anos.

22.2. O Comitê de Remuneração reportar-se-á diretamente à Diretoria da Companhia.

22.3. Cumprido o prazo de mandato de 10 (dez) anos, conforme item 25.1. acima, o membro do Comitê de Remuneração somente pode voltar a integrar tal comitê, após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos.

22.4. Nos casos de vaga, por renúncia ou destituição, em que o Comitê de Remuneração ficar reduzido a menos de 3 (três) membros, a Diretoria da Companhia deverá eleger um substituto que exercerá o cargo até o término do mandato do substituído.

22.5. O Comitê de Remuneração se reunirá trimestralmente, e, ainda extraordinariamente mediante a convocação por qualquer de seus membros, sendo certo que a reunião do Comitê de Remuneração só será validamente instalada com a presença da maioria de seus membros.

22.6. Não será devida qualquer remuneração aos membros do Comitê de Remuneração, além daquela a que fazem jus em virtude da ocupação de seus

respectivos cargos na Diretoria da Companhia ou, ainda, como funcionários da Companhia, conforme o caso.

22.7. Compete ao Comitê de Remuneração, além de outras atribuições que lhe venham a ser conferidas por lei ou norma regulamentar:

- a) Elaborar a Política de Remuneração de Administradores da Companhia e suas controladas, controladoras e coligadas, propondo à Diretoria da Companhia as formas de remuneração fixa e variável (se aplicável), além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento;
- b) Supervisionar a implementação e operacionalização da Política de Remuneração de Administradores da Companhia e suas controladas, controladoras e coligadas;
- c) Revisar anualmente a Política de Remuneração de Administradores da Companhia e suas controladas, controladoras e coligadas, recomendando à Diretoria a sua correção ou aprimoramento;
- d) Propor à Diretoria o montante da remuneração global dos Administradores da Companhia, suas controladas, controladoras e coligadas a ser submetido à Assembleia Geral, na forma do Artigo 152, da Lei nº 6.404/76;
- e) Avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a Política de Remuneração de Administradores da Companhia e suas controladas, controladoras e coligadas;
- f) Analisar a Política de Remuneração de Administradores da Companhia, em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários;
- g) Zelar para que a Política de Remuneração de Administradores da Companhia esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da Companhia e com o disposto na regulamentação vigente; e
- h) Assessorar à Diretoria em todas as questões relacionadas a Remuneração que sejam de competência do referido Conselho.

22.8. O Comitê de Remuneração deverá elaborar, com periodicidade anual, no prazo de 90 (noventa) dias, relativamente à data-base de 31 de dezembro, documento denominado "Relatório do Comitê de Remuneração", contendo, no mínimo, as informações exigidas pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.921/2010,

o qual deve ser mantido à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Capítulo IX
Comitê de Riscos

Artigo Vinte e Três

23.1. O Comitê de Riscos será composto por, no mínimo, 3 (três) membros e no máximo 25 (vinte cinco), sendo 1 (um) indicado como presidente do Comitê, todos pessoas físicas e residentes no país com mandato de prazo indeterminado, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Diretoria, que deverá observar as disposições do Artigo 45, parágrafo 5º da Resolução 4.557.

23.2. Caso um membro do Comitê de Riscos deixe de ocupar o seu cargo, os membros da Diretoria da Companhia deverão indicar e aprovar um substituto para preencher o referido cargo.

23.3. Os membros do Comitê de Riscos devem possuir comprovada experiência em gerenciamento de riscos.

23.4. O Comitê de Riscos rege-se por este Estatuto Social, pelo seu Termo de Referência, pelas decisões da Diretoria e pela legislação vigente aplicável.

23.4.1. As regras contidas neste Estatuto Social refletem o contido no Termo de Referência e não podem estar em conflito com as disposições nele contidas e/ou com a legislação vigente, de modo que, em caso de conflito entre este Estatuto Social e o Termo de Referência, este primeiro prevalecerá.

23.5. Não será devida qualquer remuneração aos membros do Comitê de Riscos.

23.6. Para o exercício do cargo no Comitê de Riscos, deverão ser observadas as condições básicas para exercício do respectivo cargo, bem como os impedimentos previstos nas legislações aplicáveis, sendo a função do membro do Comitê de Riscos indelegável.

23.7. O Comitê de Riscos funciona de forma permanente e se reportará diretamente à Diretoria.

23.8. Compete ao Comitê de Riscos, sem prejuízo das demais competências previstas neste Estatuto Social, no seu Termo de Referência e na legislação aplicável:

(a) Assegurar a aplicação efetiva da estrutura e de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de suas políticas e procedimentos;

- (b) Assegurar que a identificação e a mensuração dos riscos sejam objetivas, coerentes e de acordo com os padrões da Companhia e da regulamentação aplicável, e que o controle de risco e as decisões de origem do risco sejam apropriadamente informadas;
- (c) Manter e revisar o registro consolidado dos riscos;
- (d) Assegurar que haja mecanismos implementados para identificação e cumprimento de todas as leis aplicáveis com exceção de leis cujos controles sejam delegados para outro comitê autorizado;
- (e) Revisar seu próprio Termo de Referência pelo menos uma vez ao ano e recomendar mudanças na composição de seus membros, se aplicável;
- (f) Assegurar que os parâmetros de controle de risco, incluindo políticas, controles, limites de exposição e outras formas de mitigação, sejam adequados e efetivos na redução da exposição do risco a níveis aceitáveis;
- (g) Revisar os apontamentos de outros comitês, das auditorias interna e externa, de outras áreas e dos Reguladores;
- (h) Direcionar uma ação apropriada aos riscos materiais e aos riscos temáticos que chamem a atenção do Comitê;
- (i) Assegurar que exposições aos riscos inerentes e residuais, fraquezas nos controles, mudanças nos processos, perdas e quase-perdas sejam reportados apropriadamente;
- (j) Avaliar o desenvolvimento das atividades, propor melhorias e tratar de assuntos relacionados à segurança da informação;
- (k) Auxiliar na fixação e revisão dos níveis de apetite por riscos da Companhia na RAS;
- (l) Propor, com periodicidade mínima anual, recomendações a Diretoria sobre os assuntos abaixo:
 - (i) as políticas, as estratégias e os limites de gerenciamento de riscos, que estabeleçam limites e procedimentos destinados a manter a exposição aos riscos em conformidade com os níveis fixados na RAS;
 - (ii) as políticas e as estratégias de gerenciamento de capital que estabeleçam procedimentos destinados a manter o PR, o Nível I e o Capital Principal, em níveis compatíveis com os riscos incorridos;
 - (iii) o programa de testes de estresse;
 - (iv) as políticas e estratégias para a gestão de continuidade de negócios;

- (v) o plano de contingência de liquidez;
 - (vi) o plano de capital; e
 - (vii) o plano de contingência de capital.
- (m) Avaliar os níveis de apetite por riscos fixados na RAS e as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada;
- (n) Supervisionar a atuação e o desempenho do CRO;
- (o) Supervisionar a observância, pela diretoria da Companhia, dos termos da RAS;
- (p) Avaliar o grau de aderência dos processos da estrutura de gerenciamento de riscos às políticas estabelecidas;
- (q) Manter registros de suas deliberações e decisões;
- (r) Compreender, de forma abrangente e integrada, os riscos que podem impactar o capital e a liquidez da Companhia;
- (s) Entender as limitações das informações constantes dos relatórios gerenciais tempestivos, e dos reportes relativos ao gerenciamento de riscos e ao gerenciamento de capital;
- (t) Garantir que o conteúdo da RAS seja observado pela Companhia;
- (u) Entender as limitações e as incertezas relacionadas à avaliação dos riscos, aos modelos, mesmo quando desenvolvidos por terceiros, e às metodologias utilizadas na estrutura de gerenciamento de riscos;
- (v) Assegurar o entendimento e o contínuo monitoramento dos riscos pelos diversos níveis da Companhia; e
- (w) Coordenar suas atividades com o comitê de auditoria, de modo a facilitar a troca de informação, os ajustes necessários à estrutura de governança de riscos e o efetivo tratamento dos riscos a que a Companhia está exposta.

23.9. Ainda, O CRO terá as seguintes atribuições:

- (a) Supervisão do desenvolvimento, da implementação e do desempenho da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia, incluindo seu aperfeiçoamento;

(b) Responsabilidade pela adequação, à RAS e aos objetivos estratégicos da Companhia, das políticas, dos processos, dos relatórios, dos sistemas e dos modelos utilizados no gerenciamento de riscos;

(c) Responsabilidade pela adequada capacitação dos integrantes da Companhia, acerca das políticas, dos processos, dos relatórios, dos sistemas e dos modelos da estrutura de gerenciamento de riscos, mesmo que desenvolvidos por terceiros;

(d) Subsídio e participação no processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento de riscos e, quando aplicável, ao gerenciamento de capital, auxiliando o conselho de administração, quando aplicável, e a diretoria; e

(e) Reportar, de maneira independente e sem a presença dos membros da diretoria, ao comitê de riscos, ao principal executivo da Companhia, e ao conselho de administração, quando aplicável.

23.10. As demais informações sobre o funcionamento do Comitê de Riscos da Companhia estão previstas no seu Termo de Referência, aprovado pela Diretoria e arquivado na sede da Companhia.

Capítulo x

Exercício Social, Lucros e Dividendos

Artigo Vinte e Quatro

24.1. O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo Vinte e Cinco

25.1. Ao final de cada exercício social, serão levantadas as demonstrações financeiras de acordo com as normas legais aplicáveis. A Companhia deve, ainda, levantar demonstrações financeiras no último dia do mês de junho de cada ano.

25.2. A Companhia pode, a critério da Diretoria, levantar demonstrações financeiras intercalares, no último dia de cada período, observadas as prescrições legais.

25.3. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda.

25.4. Do lucro líquido do exercício, apurado após as deduções referidas no item 25.3 acima, 5% (cinco por cento) serão destinados para a constituição da Reserva Legal, até o limite legal.

25.5. Após a constituição da Reserva Legal, o lucro que remanescer, ajustado pela constituição de eventuais reservas de contingências e/ou pela respectiva reversão das mesmas, se for o caso, será distribuído na seguinte ordem:

(i) o montante definido pela Assembleia Geral será destinado para o pagamento do dividendo dos acionistas, sendo que os acionistas farão jus ao dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, ressalvada a hipótese prevista no parágrafo 4º do referido artigo 202; e

(ii) o lucro líquido remanescente será destinado à Reserva para Investimento e Expansão, que tem por finalidade assegurar recursos para investimentos, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, podendo, ainda, ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, podendo a Assembleia Geral deliberar sua dispensa na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório.

25.6. A Reserva para Investimento e Expansão não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social. Atingido esse limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo do lucro líquido.

Capítulo XI
Liquidação

Artigo Vinte e Seis

26.1. A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral.

26.2. A Assembleia nomeará um liquidante, determinará a forma de liquidação e o Conselho Fiscal somente funcionará durante o período de liquidação a pedido dos acionistas.

Capítulo XII
Ouvidoria

Artigo Vinte e Sete

27.1. A Companhia terá uma Ouvidoria que atuará como componente organizacional único das empresas pertencentes ao conglomerado da qual faz parte, excetuadas as sociedades que, em virtude de sua natureza ou atividade, vierem a constituir ouvidoria própria ("Conglomerado XP").

27.2 A ouvidoria do Conglomerado XP, na forma do disposto na Resolução CMN n.º 4.860/2020, possui as seguintes atribuições:

- (a) atender, receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços oferecidos pelas instituições do Conglomerado XP, que não forem solucionadas nos canais de atendimento primário das instituições do Conglomerado XP;
- (b) atuar como canal de comunicação entre as instituições do Conglomerado XP e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos;
- (c) prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos demandantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas;
- (d) informar aos demandantes o prazo previsto para resposta final, o qual não pode ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação;
- (e) encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o final do prazo estipulado na alínea "d" anterior;
- (f) manter o conselho de administração, ou, na sua ausência, a diretoria das instituições do Conglomerado XP, informado sobre os problemas e deficiências detectadas no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores para solucioná-los;
- (g) propor ao conselho de administração ou, na sua ausência, à Diretoria das instituições do Conglomerado XP, medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas; e
- (h) elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao Comitê de Auditoria e à Diretoria das instituições do Conglomerado XP, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

27.3. A Companhia manterá condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção.

27.4. A Companhia assegurará o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas pela ouvidoria com total apoio administrativo, que poderá requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades, no cumprimento de suas atribuições.

27.5. A Companhia manterá convênio com a Bolsa de Valores de São Paulo e com a Bolsa de Mercadorias & Futuros para a utilização de serviço de atendimento e assessoramento pela ouvidoria.

27.6. A diretoria da Companhia elegerá, dentre seus membros, um diretor como responsável pela ouvidoria e caberá aos acionistas indicar um funcionário da Companhia para ocupar o cargo de ouvidor, que terá um prazo de mandato de 36 (trinta e seis) meses, sendo permitida sua reeleição.

27.6.1. São atributos necessários ao exercício do cargo de Ouvidor: (i) possuir elevado padrão ético e moral, capaz de lhe garantir conduta imparcial e senso de justiça; (ii) trabalhar com senso de igualdade, transparência, integridade e respeito; (iii) exercer sua atividade com coerência, independência e autonomia e ter compromisso na busca de soluções efetivas; e (iv) atuar de modo diligente e fiel no exercício de seus deveres e responsabilidades.

27.7. Caso, no exercício da função de Ouvidor, seja constatada qualquer irregularidade, improbidade ou situação de conflito que implique em risco de imagem à Companhia ou prejuízo aos clientes e usuários ou à Companhia, o Ouvidor será destituído de suas funções e imediatamente substituído, conforme deliberação da Assembleia Geral.

27.7.1. Competirá exclusivamente à Assembleia Geral à destituição e eleição, a qualquer tempo, do ouvidor indicado.

27.7.2. O Ouvidor será permanentemente avaliado no exercício de suas funções e poderá ser destituído pela Assembleia Geral caso seu desempenho seja considerado aquém do esperado pela Companhia.

27.8. O Diretor designado responsável pela Ouvidoria perante o Banco Central do Brasil elaborará relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas pela Ouvidoria, nas datas-bases de 30 de junho e 31 de dezembro, e deverá encaminhá-lo à auditoria interna, ao Comitê de Auditoria, quando existente, e à Diretoria.

Capítulo XIII
Solução de Controvérsias

Artigo Vinte e Oito

28.1. As questões relacionadas a este Estatuto Social, aos Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia, às disposições da Lei nº 6.404/76 e às demais normas aplicáveis ao funcionamento das Companhias em geral, ou delas decorrentes serão resolvidas em definitivo por meio de arbitragem a ser realizada na cidade do Rio de Janeiro e administrada pela Câmara de Comércio Brasil Canadá, de acordo com o regulamento desta.

Capítulo XIV
Disposições Gerais

Artigo Vinte e Nove

29.1. A Companhia observará os Acordos de Acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral e da Diretoria acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede social, que seja proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeite aquilo que estiver previsto e regulado em tal Acordo de Acionistas.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2022.

Autenticação da Mesa:

BERNARDO AMARAL BOTELHO:0430157 8781	Assinado de forma digital por BERNARDO AMARAL BOTELHO:04301578781 Dados: 2022.09.13 21:06:15 -03'00'	THATIANE LAGES SOARES:3865 8842886	Assinado de forma digital por THATIANE LAGES SOARES:38658842886 Dados: 2022.09.14 14:48:02 -03'00'
Bernardo Amaral Botelho Presidente		Thatiane Lages Soares Secretária	



Ofício 33045/2022-BCB/Deorf/GTRJA
PE 216159

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2022.

À
XP Investimentos Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Av. Ataulfo de Paiva nº 153, sala 201 (parte)
CEP 22440-032 Rio de Janeiro – RJ

A/C dos Senhores
Bernardo Amaral Botelho – Diretor
Fabrício Cunha de Almeida - Diretor

Assunto: Comunicação de deferimento de pleito.

Prezados Senhores,

Comunicamos que o Banco Central do Brasil, por despacho desta data, aprovou a reforma estatutária, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 30 de agosto de 2022.

2. Anexamos o estatuto social consolidado com as alterações aprovadas no referido ato societário.

Atenciosamente,

Alexandre Martins Bastos
Gerente-Técnico

Fernando Cesar Maia Mondaini
Coordenador

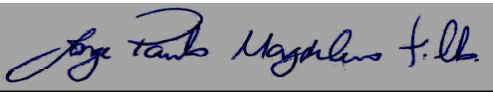
Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)
Gerência-Técnica no Rio de Janeiro (GTRJA)
E-mail: gtrja.deorf@bcbr.gov.br

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CAMBIO TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S/A, NIRE 33.3.0028583-1, PROTOCOLO 00-2023/008069-3, ARQUIVADO EM 05/01/2023, SOB O NÚMERO (S) 00005240755, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
 688.187.187-20	MARCELO DUARTE

05 de janeiro de 2023.



Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral